



## Câmara Municipal de Itatiba



**Ata da Audiência Pública para demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais referentes ao 2º quadrimestre do exercício de 2019, nos termos da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal, realizada na Câmara Municipal de Itatiba, no dia 24 de setembro de 2019, às 17:00 horas.**

**Presidente: Cornélio Baptista Alves**

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, a Comissão Mista, formada pelas Comissões de Economia e Finanças e de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Itatiba, conforme dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal, realizou, no Plenário desta Casa, a Audiência Pública para avaliação das metas fiscais referentes ao 2º quadrimestre de 2019. Presentes os vereadores Ailton Fumachi, Deborah Cassia, Hiroshi Bando, Leila Bedani, Sérgio Rodrigues e Willian Soares; funcionários da Casa; além de cidadãos na plateia.

O vereador Cornélio da Farmácia, presidente da Comissão de Economia e Finanças, presidiu a audiência, iniciando-a informando sobre as razões de sua convocação. O vereador Presidente da audiência convidou o Secretário Municipal de Finanças, Aloísio Carlos Polessi, para fazer o uso da palavra e explicar as suas considerações.

O senhor Secretário Municipal de Finanças começou a fazer suas explicações, utilizando-se de *slides*. O Secretário alternou a apresentação de *slides* a explicações sobre a receita e a despesa pública do período.

A previsão de arrecadação total para o exercício de 2019 é R\$ 419.100.000,00, e para o segundo quadrimestre, estava prevista uma arrecadação de R\$ 131.880.025,55. No entanto, foram arrecadados R\$ 122.098.716,64. Porém, em uma comparação da receita acumulada até o segundo quadrimestre de 2019 em relação ao mesmo período de 2018, o senhor Secretário mostrou que o valor em 2019 foi de R\$ 274.221.854,13, enquanto em 2018 o Município havia arrecadado R\$ 260.485.098,72. Houve, portanto, uma variação positiva de 5,27%.

Ao comparar os valores das despesas empenhadas até o segundo quadrimestre de 2018 em relação a 2019, o Senhor Secretário informou que naquele ano houvera um total acumulado de R\$ 281.594.221,45, enquanto neste o Município acumulou R\$ 335.050.718,90, o que representa um aumento de 18,98%. Também comentou sobre o resultado nominal, cuja meta, que é de R\$ 0,00 em 2019, já está em R\$ 14.254.259,32. Tal valor se explica pelo fato de a dívida fiscal líquida ter diminuído de R\$ 33.878.595,37, no exercício anterior, para R\$ 19.624.336,05.

O senhor Secretário, ao explicar sobre restos a pagar, comentou que o valor contabilizado ao final do exercício anterior era de R\$ 33.047.759,68, mas que, devido aos cancelamentos e pagamentos já efetuados neste exercício, o saldo final a pagar está em R\$ 1.992.768,88.

O próximo tópico, concernente às despesas empenhadas com pessoal em relação à receita corrente líquida, analisou as despesas da Prefeitura e da Câmara Municipal. Ao declarar que a receita corrente líquida é de R\$ 387.840.359,64, o senhor Secretário informou que os gastos com pessoal da Prefeitura atualmente se encontram em R\$ 191.542.045,63, enquanto que os gastos com pessoal referentes à Câmara Municipal correspondem a R\$ 8.521.248,19.

Em análise da composição da receita de 2019, o senhor Secretário mostrou que os maiores percentuais se encontram em transferências correntes (60,63%) e arrecadação tributária (34,52%). Ao comentar sobre o último percentual, o senhor Secretário informou sobre o desejo que tal arrecadação fosse uma parcela maior, mas informou sobre a dificuldade encontrada por parte do Poder Público para tal, dando como exemplo os 25% da população que ainda não pagaram qualquer valor devido do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) neste ano. Ato contínuo, o



## Câmara Municipal de Itatiba

Secretário discorreu sobre a composição da despesa empenhada de 2019, com destaque para os percentuais de pessoal e encargos (38,54%), investimentos (7,11%), amortização da dívida (1,37%) e outras despesas correntes (52,7%).

Posteriormente, houve uma explanação sobre os recursos destinados à saúde no Município. Através da receita de impostos e transferências, no valor de R\$ 199.949.378,98, o Poder Público municipal já investiu R\$ 52.560.006,20 na pasta, o que resulta em uma quantidade de 26,29%. Considerando que a obrigação de investimento do Município é de 15%, foi concluído que houve um montante de 11,29% a mais em tal setor na cidade de Itatiba. Em seguida, o senhor Secretário, ao comentar sobre a pasta da educação, explicou que houve uma aplicação efetiva de R\$ 66.793.895,75, sendo este um valor que representa um adicional de 8,41% aos R\$49.987.344,75 que são de obrigatoriedade municipal, de acordo com a Constituição Federal. Ato contínuo, o senhor Secretário encerrou sua apresentação de *slides* comentando sobre a verba aplicada no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) no quarto bimestre de 2019. Com uma receita de R\$ 48.629.367,89, já foram utilizados os valores de R\$ 38.543.764,98 para pagamento de pessoal do magistério e de R\$ 6.372.386,23 para outras despesas da educação básica.

Logo após a explanação do Secretário de Finanças, os questionamentos foram abertos aos edis presentes. A vereadora Leila Bedani indagou se havia algum dado sobre a possível diminuição da verba para a saúde neste ano em comparação ao exercício anterior, já que muitas pessoas relataram estar há meses esperando a realização de exames médicos. Em resposta, o senhor Secretário informou que não tinha o comparativo, mas que o Município estava praticamente com o mesmo nível de investimento em comparação ao ano de 2018. Ato contínuo, o vereador Hiroshi Bando questionou sobre como era feito o cálculo das despesas municipais, haja vista que a soma da despesa com pessoal, educação e saúde ultrapassam os 100%. Em resposta, o senhor Secretário informou que os cálculos de cada setor são feitos de forma separada e depois os valores de cada pasta são somados e retirados da receita corrente líquida do orçamento. Posteriormente, o vereador Sérgio Rodrigues pediu um esclarecimento em relação à verba recebida do FUNDEB, que se mostrou insuficiente para as despesas com a pasta da educação. Em resposta, o senhor Secretário confirmou que a verba recebida foi insuficiente e houve um complemento de verbas do orçamento municipal para tais despesas. Em nova colocação, o parlamentar pediu a confirmação se os investimentos municipais não eram aumentados devido à falta de verba no orçamento, sendo feitos majoritariamente por empréstimos e financiamentos. Em resposta, o senhor Secretário confirmou que os investimentos dependiam dos empréstimos e financiamentos por parte do Poder Público.

Não havendo mais questões por parte dos parlamentares, o vereador Cornélio da Farmácia abriu à plateia a possibilidade de questionar o convocado. Assim, o senhor Dr. José Antônio Parisotto questionou sobre o que havia levado ao aumento de gastos de 45% para 49% nas despesas com pessoal da Prefeitura. O senhor Secretário informou que o principal aspecto foi a queda de arrecadação do Município. Em nova indagação, o cidadão questionou se o corte de verbas na área da saúde estava previsto no orçamento para o ano seguinte. Em resposta, o senhor Secretário informou que está previsto tal cenário caso a arrecadação do Município não chegue à meta estipulada para o presente ano.

Não havendo mais nenhuma manifestação por parte dos presentes a esta audiência pública, o senhor Presidente Cornélio da Farmácia agradeceu a todos e a declarou encerrada, determinando a lavratura desta Ata, que eu Victor de Souza Goes, Assistente Legislativo, redigi, fazendo dela constar a assinatura do senhor presidente Cornélio Baptista Alves:

**PRESIDENTE:** \_\_\_\_\_